

22 FEB 1989

Economia não vive só de congelamento

Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

Na pesquisa de opinião que publicamos em nossa edição de ontem verificou-se que 74% dos consultados pronunciaram-se em favor do congelamento. Se aos empresários agrada a reserva de mercado, aos consumidores apraz, igualmente, a ausência de mercado, o que demonstra, claramente, que estamos longe de ser um país capitalista. Temos de nos convencer de que a inflação não se combate por congelamento de preços e de que este apenas a esconde, ao mesmo tempo em que a torna ainda mais virulenta. Há que voltar ao mercado o mais cedo possível: será o grande teste do Plano Verão.

O descongelamento é indispensável, muito mais que o congelamento, se desejarmos evitar todos os problemas que decorrem do artificialismo, desde o desabastecimento até o aumento das falências e o desemprego. Mas deve ser bem feito. É preciso que não nos acostumemos tão cedo à idéia de uma inflação zero, para a qual não reunimos até agora as condições, e que nos livremos, paralelamente, do "espírito da OTN", em que todos têm de ser protegidos contra a inflação; temos de conviver com uma moeda que se desvalorize o menos possível, mas não institucionalizar sua fuga, conforme ocorreu em passado muito recente.

Deve-se ainda ter em mente, depois de três tentativas, que, diante de uma inflação alta, se torna impossível manter o equilíbrio dos preços

relativos. O governo, às vésperas do Plano Verão, reajustou os preços administrados para evitar uma situação em que voltariam a um grande déficit dos serviços públicos, mas, ao fazê-lo, proporcionou ambiente insustentável para os setores em que os produtos ou os serviços, cujos preços foram reajustados, são insuportáveis. O congelamento criou, desde logo, a necessidade de liquidá-lo, e se o governo persistir em manter uma absoluta estabilidade dos preços, logo teremos — uma vez que ninguém pode obrigar uma empresa a perder dinheiro — de escolher entre o fechamento de fábricas, o mercado negro de mercadorias ou a estatização dessas empresas. Ou seja, uma recessão profunda ou um aumento da inflação real...

A suspensão da formação dos preços pelo mercado decorreu da necessidade de garantir tempo ao governo para montar políticas monetária e fiscal capazes de conter a demanda, para que ela não se tornasse explosiva; para derrubar um sistema de indexação excessivo e até para mostrar à Nação que a melhor maneira de aumentar o seu poder aquisitivo é assegurar certa estabilidade dos preços. Pergunta-se, então: aproveitamos este primeiro mês para atingir tais objetivos?

Quanto à política fiscal, cumpre reconhecer que houve alguns progressos em matéria de austeridade. Tal processo, aliás, foi iniciado antes do Plano Verão, e constituía in-

grediente importante da política de feijão com arroz. Até agora, porém, o governo não conseguiu convencer a Nação, nem mesmo entidades de classe como a Fiesp, de que está obtendo resultados. Isso se deve a diversos fatores: por um lado, o Planalto exagerou tais conquistas nos seus boletins de vitória, por outro sabe-se que o que se conseguiu até o momento é ainda muito frágil, pelo que pode ser posto em xeque por falta de colaboração do Congresso, e, afinal, também do governo, que não se valeu de sua força para reduzir a folha de pagamento do funcionalismo público.

Já a política monetária, por enquanto, vem sendo mais caracterizada por uma alta das taxas de juros do que por uma contenção da expansão da liquidez. As autoridades monetárias seguem o caminho da vitória, conseguindo derrubar as cotações do mercado paralelo, existindo porém dúvidas quanto à capacidade do governo de manter taxas tão elevadas, que onerarão por muito tempo ainda o Tesouro Nacional. Urge atenuar, ainda mais, a liquidez.

A indexação continua a marcar profundamente a nossa conduta econômica. O teste mais interessante será, talvez, o da definição de uma nova política salarial.

A "reposição" salarial continua dominando o debate sem que se procure saber, todavia, se não existiria melhor maneira de fortalecer o poder aquisitivo dos trabalhadores

do que através de um aumento nominal, que os reajustes de preços logo tornam ilusório. Se voltarmos a uma indexação mensal (ainda que parcial) dos salários, o congelamento não se fará em boas condições, figurando a classe operária como a primeira vítima. Não podemos, tampouco, aceitar a oficialização de um sistema de indexação para operações financeiras de curto prazo: temos de aprender a correr riscos. Para os salários, e também para os investidores, a livre negociação deve ser o princípio.

No quadro de uma ligeira recessão, em que se contenha a demanda e a liquidez, amenizando-se um déficit público realmente cadente, poder-se-á pensar que o descongelamento se desenrolará a contento, sem que se chegue, porém, à inflação zero. Mas pode o Planalto valer-se de outro trunfo: uma normalização dos fluxos externos em nossa economia. Um primeiro passo acaba de ser dado pelo Japão, pelo que se espera que os bancos comerciais credores se convençam da necessidade de liberar recursos, antes mesmo que se resolva nossa pendência com o Banco Mundial. Estariamos então reunindo condições para reduzir a transferência de recursos ao Exterior e ampliar os investimentos essenciais. Mas cumpre ter em mente que a batalha ainda não está ganha, e que só com a colaboração de todos o Plano Verão não será apenas um *intermezzo* na corrida à hiperinflação.